

Três anos à espera de reformas

Mudanças não foram aprovadas pelo Congresso

João Domingos

• **BRASÍLIA.** Os projetos de reforma tributária e da Previdência completam três anos de tramitação no Congresso no próximo dia 16. A proposta de reforma tributária nem sequer passou pela comissão especial da Câmara que a examinava; a da reforma da Previdência foi desmontada na Câmara em 1996, remontada no Senado em 1997 e novamente desfigurada na Câmara, no final do semestre passado.

A reforma administrativa também foi enviada ao Congresso no dia 16 de setembro de 1995. Das três, é a única que foi aprovada quase do jeito que o Governo queria. Mas ainda não pode ser considerada totalmente em vigor porque depende da aprovação de algumas leis que a regulamentem. A demissão de funcionários da União, dos estados e dos municípios depende de uma lei que estabeleça os critérios para a dispensa. Segundo a proposta, o poder público terá de adequar a folha de pagamento dos servidores a 60% da receita. Antes de demitir estáveis, porém, terá de cortar os não-estáveis.

Como o ano é de eleição, nem o

Congresso pôde avançar nas leis que regulamentariam a emenda constitucional da reforma administrativa, nem União, estados e municípios poderiam demitir ninguém, já que a lei eleitoral não permite. A reforma administrativa foi aprovada e promulgada, mas não entrou em vigor por questões legais, como a eleição.

Na Previdência ainda falta votar pontos importantes como a previdência complementar para o servidor público, a idade mínima para o setor público e o chamado pedágio para a contagem de tempo de aposentadoria nas regras de transição. A Câmara derrubou a exigência de idade mínima de 60 anos para homem e 55 para a mulher para a aposentadoria na iniciativa privada. Trata-se de uma das partes mais fundamentais para a economia calculada em R\$ 8 bilhões, pois impediria a inatividade precoce.

Os deputados mantiveram na reforma da Previdência a aposentadoria integral para todos os servidores públicos, o que foi um grande golpe para a economia pretendida. Estes dois pontos importantes para a nova Previdência voltarão ao Senado, para nova etapa de votação.